



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

fixada a redação final
com as sugestões da
DAPLEN.
7.4.21 NQASTOS

Informação n.º 27 / DAPLEN / 2021

31 de março

Assunto: Redação final do texto final relativo aos Projetos de Lei n.ºs 214, 223, 237 e 572/XIV

Considerando o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, e nos termos da alínea *m*) do artigo 9.º da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, junto se anexa o projeto de decreto relativo ao texto final dos Projetos de Lei n.ºs 214/XIV/1.ª (Cidadãos), 223/XIV/1.ª (PS), 237/XIV/1.ª (BE) e 572/XIV/2.ª (PCP), aprovado em votação final global a 25 de março de 2021, para envio a S. Ex.ª a Presidente da Comissão de Saúde.

No texto do diploma foram incluídos a fórmula inicial e demais elementos formais.

Destacamos as seguintes sugestões de redação final, encontrando-se todas realçadas no texto final, a amarelo:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Título do projeto de decreto

Caso se pretenda tornar a redação do título mais concisa, sugere-se a supressão da referência ao número de ordem de alteração, que consta no articulado:

Onde se lê: “Alarga o recurso a técnicas de procriação medicamente assistida através da inseminação com sémen após a morte do dador [...], procedendo à sétima alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida)”

Deve ler-se: “**Permite** o recurso a técnicas de procriação medicamente assistida através da inseminação com sémen após a morte do dador [...], **alterando a** Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida)”

Artigo 1.º do projeto de decreto

Sugere-se a mesma ordenação dos elementos que constam no título (iniciar pela indicação da matéria, seguida da alteração legislativa) e, de acordo com a lei formulário, a inclusão da indicação dos diplomas que procederam a alterações anteriores à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, bem como do respetivo título.

Artigo 2.º do projeto de decreto

- **Artigo 22.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho**

Proémio do n.º 1

Sugere-se uniformizar a terminologia “do marido ou unido de facto”, em consonância com a redação dada aos n.ºs 5 e 6 do presente artigo 22.º:

Onde se lê: “(...) é lícito após a morte do marido ou do homem com quem a mulher vivia em união de facto:”

Deve ler-se: “(...) é lícito após a morte do marido ou do unido de facto:”



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

N.º 2

Com o intuito de tentar tornar a redação mais clara, sugere-se:

Onde se lê: “O estabelecido no número anterior é aplicável aos casos em que o sémen, com fundado receio de futura esterilidade, seja recolhido para fins de inseminação da pessoa com quem o homem (...)”

Deve ler-se: “O estabelecido no número anterior é aplicável aos casos em que o sémen seja recolhido, com base em fundado receio de futura esterilidade, para fins de inseminação da mulher com quem o homem (...)”

- **Artigo 23.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho**

Alínea a) do n.º 5

Tendo em conta que é aditado o artigo 22.º-A:

Onde se lê: “(...) nos termos do n.º 5 do artigo anterior;”

Deve ler-se: “(...) nos termos do n.º 5 do artigo 22.º;”

N.º 7

Sugere-se a terminologia utilizada no artigo 1999.º do Código Civil:

Onde se lê: “(...) que prejudiquem interesses patrimoniais de terceiros, designadamente no plano sucessório (...)”

Deve ler-se: “(...) que prejudiquem interesses patrimoniais de terceiros, designadamente **direitos sucessórios** (...)”

Artigo 4.º do projeto de decreto

(n.º 4 do artigo 2.º do texto de substituição)

Epígrafe

Onde se lê: “Produção de efeitos e regime transitório”

Deve ler-se: “Regime transitório”



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

N.ºs 2 e 3, autonomizados como alíneas, com remissão para o n.º 1

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º parecem integrar-se num regime transitório apenas aplicável aos casos previstos no respetivo n.º 1. Caso assim seja, poderá facilitar a leitura e interpretação desses números caso remetam expressamente para o n.º 1, por exemplo da seguinte forma:

Onde se lê: “2 - Na ausência de documento que preencha os requisitos exigíveis pela nova redação do artigo 22.º-A da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, são admissíveis todos os meios de prova que demonstrem a existência de consentimento;

3 - O prazo máximo para início dos procedimentos previsto na nova redação do artigo 22.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, conta-se a partir da data de entrada em vigor da presente lei.”

Deve ler-se: “2 – Nos casos previstos no número anterior:

a) Na ausência de documento que preencha os requisitos **previstos no artigo 22.º-A da Lei n.º 32/2006**, de 26 de julho, são admissíveis todos os meios de prova que demonstrem a existência de consentimento;

b) O prazo máximo para início dos procedimentos **previstos no artigo 22.º da Lei n.º 32/2006**, de 26 de julho, **na redação dada pela presente lei**, conta-se a partir da data de entrada em vigor da presente lei.”

Nota:

Assinalamos que a aplicação do regime transitório previsto no n.º 3, a qualquer caso concreto anterior à entrada em vigor desta lei, parece permitir a inseminação *post mortem*, após volvidos alguns anos¹ do falecimento do dador, ao não estabelecer limite temporal mínimo, contado a partir do momento em que se procedeu à conservação do sêmen.

Tal pode contender, a título de exemplo, com situações em que já teve lugar a partilha de bens.² Parece-nos, assim, que o referido número poderá consubstanciar uma eventual ofensa dos princípios da confiança e segurança jurídicas subjacentes ao princípio do Estado de direito democrático, consagrado expressamente no artigo 2.º da Constituição, que implica a garantia de estabilidade jurídica e de um mínimo de certeza e previsibilidade dos efeitos jurídicos dos atos dos poderes públicos.

À consideração superior.

Os assessores parlamentares, Patrícia Pires e Rafael Silva

¹ O artigo 16.º-A da Lei n.º 32/2006 refere um prazo máximo de cinco anos, que pode ser alargado.

² A redação dada ao n.º 5 do artigo 23.º da Lei n.º 32/2006, que prevê um período em que a herança do progenitor falecido se manterá indivisa, será aplicável após a entrada em vigor da presente iniciativa.

DECRETO N.º /XIV

Permite o recurso a técnicas de procriação medicamente assistida através da inseminação com sémen após a morte do dador, nos casos de projetos parentais expressamente consentidos, alterando a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida)

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei **permite o** recurso a técnicas de procriação medicamente assistida através da inseminação com sémen após a morte do dador, nos casos de projetos parentais expressamente consentidos, **procedendo** à sétima alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida), alterada pelas Leis n.ºs 59/2007, de 4 de setembro, 17/2016, de 20 de junho, 25/2016, de 22 de agosto, 58/2017, de 25 de julho, 49/2018, de 14 de agosto, e 48/2019, de 8 de julho.

Artigo 2.º

Alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho

Os artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 22.º

[...]

- 1 – De forma a concretizar um projeto parental claramente estabelecido e consentido, e decorrido o prazo considerado ajustado à adequada ponderação da decisão, é lícito, após a morte do marido ou do unido de facto:
 - a) Proceder à transferência *post mortem* de embrião;
 - b) Realizar uma inseminação com sémen da pessoa falecida.
- 2 – O estabelecido no número anterior é aplicável aos casos em que o sémen seja recolhido, com base em fundado receio de futura esterilidade, para fins de inseminação da mulher com quem o homem esteja casado ou viva em união de facto e o dador vier a falecer durante o período estabelecido para a conservação do sémen.
- 3 – O sémen recolhido com base em fundado receio de futura esterilidade, sem que tenha sido prestado consentimento para a inseminação *post mortem*, é destruído se a pessoa vier a falecer durante o período estabelecido para a respetiva conservação.
- 4 – O prazo referido no n.º 1 não deve ser inferior a seis meses, salvo razões clínicas ponderosas devidamente atestadas pelo médico que acompanha o procedimento.
- 5 – Os procedimentos devem iniciar-se no prazo máximo de três anos contados da morte do marido ou unido de facto, podendo realizar-se um número máximo de tentativas idêntico ao que está fixado para os centros públicos.
- 6 – A inseminação com sémen do marido ou do unido de facto, bem como a implantação *post mortem* de embrião, só pode ocorrer para a concretização de uma única gravidez da qual resulte nascimento completo e com vida.

7 – É assegurado, a quem o requerer, acompanhamento psicológico no quadro da tomada de decisão de realização de uma inseminação *post mortem*, bem como durante e após o respetivo procedimento.

Artigo 23.º

[...]

- 1 – Se, em virtude da inseminação realizada nos termos previstos nos artigos anteriores, resultar gravidez da mulher inseminada, a criança que vier a nascer é havida como filha do falecido.
- 2 – Se a inseminação *post mortem* ocorrer em violação do disposto nos artigos anteriores, a criança que vier a nascer é havida como filha do falecido, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 7.
- 3 – (Anterior n.º 2).
- 4 – O disposto no número anterior não prejudica o direito de conhecimento da identidade genética por parte da criança que vier a nascer.
- 5 – Existindo consentimento para a possibilidade de inseminação *post mortem*, a herança do progenitor falecido mantém-se indivisa durante o prazo de três anos após a sua morte, que é prorrogado:
 - a) Caso esteja pendente a realização dos procedimentos de inseminação permitidos nos termos do n.º 5 do artigo 22.º; e
 - b) Até ao nascimento completo e com vida do nascituro.
- 6 – Nos casos previstos no número anterior, a herança é posta em administração, nos termos da legislação aplicável.
- 7 – A realização de procedimentos de inseminação *post mortem* sem consentimento do dador e que prejudiquem interesses patrimoniais de terceiros, designadamente direitos sucessórios, faz incorrer os seus autores no dever de indemnizar, sem prejuízo da efetivação da responsabilidade criminal prevista na presente lei.»

Artigo 3.º

Aditamento à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho

São aditados à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, os artigos 22.º-A e 42.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 22.º-A

Requisitos do consentimento para a inseminação *post mortem*

- 1 – O consentimento para a inseminação *post mortem* referido no n.º 1 do artigo 22.º deve ser reduzido a escrito, após prestação de informação ao dador quanto às suas consequências jurídicas.
- 2 – O consentimento referido no número anterior pode constar do documento em que é prestado o consentimento informado previsto na presente lei, desde que conste de cláusula autónoma.
- 3 – O documento de prestação de consentimento *post mortem* referido nos números anteriores é comunicado ao Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida para efeitos do seu registo centralizado.

Artigo 42.º-A

Procriação *post mortem* sem consentimento

Quem, com a intenção de obter ganho próprio ou de causar prejuízo a alguém, participar em ato de inseminação com sémen do marido ou do unido de facto após a morte deste, bem como à transferência *post mortem* de embrião, sem o consentimento devido, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa de 240 dias.»

Artigo 4.º

Regime transitório

- 1 – A possibilidade de inseminação *post mortem* com sémen do marido ou do **unido** de facto é aplicável aos casos em que, antes da entrada em vigor **da presente lei**, se verificou a existência de um projeto parental claramente consentido e estabelecido.
- 2 – **Nos casos previstos no número anterior:**
 - a) Na ausência de documento que preencha os requisitos **previstos no artigo 22.º-A** da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, são admissíveis todos os meios de prova que demonstrem a existência de consentimento;
 - b) O prazo máximo para início dos procedimentos **previstos no artigo 22.º** da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, **na redação dada pela presente lei**, conta-se a partir da data de entrada em vigor da presente lei.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 25 de março de 2021

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,

(Eduardo Ferro Rodrigues)

